

EDITORIAL

Apresentamos o volume 5, número 2 da Revista Serviço Social em Debate, vinculada ao curso de Serviço Social da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG, Unidade de Carangola. A presente edição da revista intitulada Crise do capital, conservadorismo e os desafios à proteção social, traz seis artigos, cujos debates tratam de temas que se colocam como desafios a serem enfrentados no contexto da crise do capital nas últimas décadas.

Em meio à crise e como resposta a esta, emerge o neoliberalismo em diversos países, que com a reestruturação produtiva e a diminuição dos gastos sociais, se constituem para recomposição do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação. A inserção do Brasil no capitalismo, de forma dependente e periférica, nos auxilia na análise das particularidades do neoliberalismo no país, a partir da década de 1990, com as contrarreformas implementadas, um crescimento considerável das desigualdades sociais, indo na contramão da afirmação dos direitos sociais e da noção de cidadania trazida pela Constituição Federal de 1988, para uma reestruturação e reordenamento aos moldes do capital mundial.

Neste cenário é visível o avanço do conservadorismo, já presente nas estruturas sociais desiguais no Brasil, desde o período colonial-escravocrata, se reatualizando como uma estratégia ideo-política das classes dominantes na defesa de seus interesses particulares, através da ação política, econômica e social, com pautas moralistas e de manutenção do status quo, que atravessam diversas dimensões da vida social.

A ampliação do conservadorismo na ocupação dos espaços de poder dentro do Estado brasileiro, principalmente nos últimos seis anos, representado pela ascensão da extrema-direita ao executivo e ao legislativo, ganha contornos dramáticos, resultando na intensificação dos ataques à classe trabalhadora, aos movimentos sociais e à outros movimentos de resistência, com a retirada de forma devastadora, dos direitos conquistados por aqueles/as que vivem do trabalho, potencializando as desigualdades e a precarização das condições laborais e de vida, além do não investimento nas políticas sociais.

A Emenda Constitucional Nº 95, que congelou os gastos com à saúde pública e educação por 20 anos, e a contrarreforma trabalhista iniciadas no governo Michel Temer, e, a continuidade a este cenário, a contrarreforma da previdência, a perseguição à cultura, à educação e o negacionismo à ciência, com cortes orçamentários nestas áreas no governo Jair Bolsonaro, no Brasil compuseram um cenário de consequências nefastas quando do cenário mundial da pandemia de Covid-19, nos anos de 2020 e 2021, revelando o desdobramento da crise. A pandemia exigiu uma intervenção maior do Estado, que acabou acontecendo muito tardiamente, atingindo principalmente os mais pobres e ocasionando mais de 600 mil mortes no Brasil até o final de 2021.

Dentro dos princípios neoliberais de Estado mínimo, verificou-se uma gradativa desresponsabilização do Estado com a proteção social, que passou a focalizar nos extremamente pobres, na centralidade na família e na delegação da execução e da gestão de políticas sociais às entidades da sociedade civil, que acabam por reforçar a ideia de culpabilização das famílias, de favor e não de direitos e, privatizando a oferta de serviços públicos. Neste sentido, se torna cada vez mais comum a judicialização do acesso aos direitos sociais, bem como dos conflitos sociais e familiares.

A ação mínima do Estado na proteção social, é combinada com ações punitivas e repressivas, de criminalização dos pobres, da pobreza e dos movimentos sociais. O genocídio social que atinge grandes contingentes populacionais - nos campos, nas florestas e nas cidades – pelo não acesso aos direitos fundamentais (alimentação, saúde, assistência social, moradia etc.); o recrudescimento da violência, o extermínio da juventude pobre e preta; o superencarceramento, entre outras, são as expressões deste caráter punitivo e de criminalização da pobreza pelo Estado.

É neste terreno de conflitos e tensões, que também se verifica formas de resistência e de luta, que passam desde estratégias individuais e familiares de sobrevivência, como aquelas coletivas (movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos, conselhos gestores, entre outros), onde estão em disputa diferentes projetos societários que atravessam a proteção social no Brasil.

Os artigos que integram este número são frutos de estudos, pesquisas e experiências profissionais na área do serviço social e de outras áreas do

conhecimento, a partir de abordagens diversas, mostrando a complexidade do debate e os desafios colocados a realização dos direitos para a classe que vive do trabalho, bem como à formação e ao trabalho profissional, daqueles que lidam cotidianamente com as consequências da valorização do capital em detrimento de uma maior proteção social.

É neste contexto de grandes desafios a serem enfrentados, que convidamos aos leitores a imergirem neste debate sobre a realidade que atualmente nos afeta, e esperamos que a partir das reflexões que os autores e autoras nos possibilitam nesta edição, possamos refletir sobre caminhos e ações para o fortalecimento da proteção social, como direito de cidadania da população brasileira.

Adriana Alice Gomes de Barros, Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG-Carangola, Curso de Serviço Social, Departamento de Ciências Sociais Aplicadas.

Ebe Campinha dos Santos, Universidade Federal Fluminense - UFF, Curso de Serviço Social, Departamento de Serviço Social de Niterói.